

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.445, DE 2020

Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Autor: Deputado GUTEMBERG REIS

Relator: Deputado KIM KATAGUIRI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame altera o § 3º do art. 17 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2018, com o intuito específico de permitir a nomeação de parentes das pessoas referidas no § 2º do mesmo dispositivo para cargos de diretoria ou para o conselho de administração de empresas estatais, quando o contemplado integrar o quadro de pessoal permanente da entidade em decorrência de aprovação em concurso público. O autor alega que exceção semelhante, no que diz respeito à contenção do nepotismo, é prevista no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e em outros âmbitos especificados na justificativa do projeto. Segundo argumenta, a restrição decorrente do dispositivo alterado “encerra também uma ofensa à meritocracia e verdadeiro desprestígio aos empregados das estatais”.

O prazo regimental expirou sem que fossem oferecidas emendas pelos nobres Pares.

II - VOTO DO RELATOR

A lei alterada pelo projeto em apreço constituiu grande alento para a administração pública brasileira. Impôs sérias e consistentes dificuldades aos que se dedicavam a irregularidades de toda sorte na gestão

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211636862000>



de empresas controladas pelo Poder Público, ao introduzir regras rigorosas tanto na nomeação dos dirigentes das referidas empresas quanto na realização de licitações e na efetivação de contratos.

Descabe, neste contexto, o injustificado “afrouxamento” que decorreria do projeto em apreço. Os empregados das estatais, ainda que concursados, não podem se valer de relações de parentesco mantidas com autoridades públicas para alcançarem cargos de gestão em estatais.

O concurso público referido na proposição habilita os que nele são aprovados a prestarem serviços em funções permanentes. Não os qualificam, isoladamente, para alçar cargos de gestão, cujos titulares são recrutados em decorrência do exercício de juízo de valor pelas autoridades encarregadas do procedimento. Para tais postos, o servidor concursado se equipara ao cidadão comum e da mesma forma como ocorreria em relação a qualquer outra pessoa não pode se beneficiar de relações familiares.

Em razão do exposto, com as devidas vênias à boas intenções de seu ilustre autor, vota-se pela rejeição integral do projeto em apreço.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado KIM KATAGUIRI
Relator

2021-17100



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Kim Kataguirí
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211636862000>

